Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas da
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 22 de abril de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a

sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis , inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 03 de abril de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92

NIRE Nº 42 3 0005082-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (Novo Estado ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 03/2018-Aneel Lote 03, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (10.02.2017). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 414,5 milhões (base agosto/2022).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 03/2018- Lote 03 Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuit 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuit 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuit 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuit 2)	415,0	500
Serra Pelada – Itacaiúnas	115,0	500
Total	**1.831,0**	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

A administração de Novo Estado é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços.

Controle Acionário

A Novo Estado é controlada pela Novo Estado Participações S.A., que é controlada indiretamente pela ENGIE Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. A estimativa de crescimento do PIB, de acordo com Boletim Focus, é em torno de 3,0% – a divulgação do dado oficial deve ocorrer em março de 2023.

Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

Implantação e desempenho operacional

O projeto iniciou, parcialmente, a operação comercial em dezembro de 2021 – e ao final de 2022 já recebia 49% da RAP prevista. A conclusão das obras e a energização dos ativos restantes foram realizadas no dia 27.02.2022, data a partir da qual o ativo terá direito a receber 100% da RAP.

O ativo tem apresentado excelentes índices operacionais, com disponibilidade de 99,98% em 2022.

Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2022 com 58 colaboradores, valor 19% inferior aos 72 de 2021. Os contratos de trabalho da Companhia são, em sua maioria, por prazo determinado, e se encerraram ao longo de 2022 e 2023, com o fim das obras de construção. A administração e operação do ativo passam a ser realizados pela controladora indireta, ENGIE. A Companhia reembolsa a controladora pelas despesas com o pessoal diretamente alocado nas atividades do ativo.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2022	31.12.2021	Variação (R$)	Variação (%)
Receita operacional líquida	1.179.187	1.772.435	(593.248)	(33,5)
Custos operacionais	(958.811)	(1.663.493)	704.682	(42,4)
Resultado do serviço (EBIT)	223.698	106.090	117.608	110,9
EBITDA (Lajida)	223.698	106.090	117.608	110,9
Resultado financeiro	(276.617)	(279.443)	2.826	(1,0)
Prejuízo líquido do exercício	(34.925)	(114.413)	79.488	(69,5)

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão de transmissão do Sistema de Transmissão Novo Estado e está exposta aos riscos e benefícios dessa construção. Desta forma, com base nas práticas contábeis vigentes, a Companhia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão da construção. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão.

Receita operacional líquida: decréscimo de R$ 593.248, referente, principalmente, à redução de R$ 643.423 correspondente ao decremento na receita de construção de infraestrutura de transmissão, em consequência do menor volume investido nas linhas de transmissão em construção, na comparação entre os períodos, parcialmente atenuada pela elevação de R$ 38.342 na remuneração do ativo de contrato, em virtude da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Novo Estado. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA.

Custos operacionais: diminuição de R$ 704.682, referente, substancialmente, ao decréscimo de R$ 710.904 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão entre os períodos em análise.

Resultado do serviço e Ebitda: os aumentos são oriundos, substancialmente, dos efeitos promovidos pela elevação da remuneração do ativo de contrato, bem como pelo impacto reduzido promovido pelas perdas por ineficiência na construção entre os anos comparados.

Resultado financeiro: aumento motivado pelas liberações de financiamento com o BNDES em 2022 para financiamento das obras de implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado e redução em função da atualização monetária em virtude, principalmente, do decréscimo dos índices inflacionários.

Prejuízo do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

Agradecimentos

A Administração de Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2022.

A Administração

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2022**	**31.12.2021**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.561	222.958
Contas a receber de clientes	5	21.677	994
Crédito de imposto de renda e contribuição social		1.876	-
Ativo de contrato	7	301.006	170.154
Outros ativos circulantes		17.935	15.836
		382.055	**409.942**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Ativo de contrato	7	3.623.647	2.906.591
Depósitos vinculados	6	61.309	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	31.471	13.477
Outros ativos não circulantes		205	31
		3.716.632	**2.920.099**
Imobilizado		**1.750**	**512**
		3.718.382	**2.920.611**
TOTAL		**4.100.437**	**3.330.553**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2022**	**31.12.2021**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	58.483	14.268
Dividendos	13	20.489	20.489
Financiamentos	10	125.737	39.289
Obrigações fiscais e regulatórias	11	7.948	15.975
Outros passivos circulantes		2.821	1.868
		215.478	**91.889**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	2.828.304	2.617.979
		2.828.304	**2.617.979**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13**		
Capital social		1.137.997	667.102
Prejuízos acumulados		(81.342)	(46.417)
		1.056.655	**620.685**
TOTAL		**4.100.437**	**3.330.553**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	**1.179.187**	**1.772.435**
Custos operacionais			
Custos de implementação de infraestrutura		(952.589)	(1.663.493)
Serviços de terceiros		(4.242)	
Outros		(1.980)	-
		(958.811)	**(1.663.493)**
LUCRO BRUTO		**220.376**	**108.942**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		3.322	(2.852)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**223.698**	**106.090**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		4.370	8.028
Juros sobre financiamentos	10	(146.670)	(110.229)
Variação monetária sobre financiamentos	10	(123.647)	(167.023)
Outras despesas financeiras, líquidas		(10.670)	(10.219)
		(276.617)	**(279.443)**
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**(52.919)**	**(173.353)**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	15	17.994	58.940
		17.994	**58.940**
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(34.925)**	**(114.413)**
PREJUÍZO POR AÇÃO (EM REAIS)		**(0,03069)**	**(0,17151)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(34.925)**	**(114.413)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(34.925)**	**(114.413)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2020	**11**	**659.252**	**6.056**	**61.940**	**-**	**727.248**
Aumento de capital		7.850	-	-	-	7.850
Prejuízo do exercício		-	-	-	(114.413)	(114.413)
Absorção do prejuízo com reservas		-	(6.056)	(61.940)	67.996	-
Saldos em 31.12.2021	**11**	**667.102**	**-**	**-**	**(46.417)**	**620.685**
Aumento de capital		470.895	-	-	-	470.895
Prejuízo do exercício		-	-	-	(34.925)	(34.925)
Saldos em 31.12.2022	**11**	**1.137.997**	**-**	**-**	**(81.342)**	**1.056.655**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	**(52.919)**	**(173.353)**
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Remuneração do ativo de contrato	(394.991)	(356.649)
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	(772.289)	(1.415.712)
Perdas por ineficiência na construção	187.896	288.660
Juros sobre financiamentos	146.670	110.229
Variação monetária sobre financiamentos	123.647	167.023
Outros	(2.205)	-
Resultado antes dos tributos ajustado	**(764.191)**	**(1.379.802)**
(Aumento) redução nos ativos		
Ativo de contrato	177.073	(39.397)
Contas a receber de clientes	(20.683)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(1.876)	-
Outros ativos	(2.135)	(15.850)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(1.382)	1.644
Obrigações fiscais e regulatórias	(8.027)	4.345
Outros passivos	953	1.288
Caixa utilizado pelas operações	**(620.268)**	**(1.427.772)**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(75.176)	(36.082)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	**(695.444)**	**(1.463.854)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(1.238)	(512)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.238)**	**(512)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	470.895	7.850
Captação de financiamentos	114.913	1.640.031
Pagamento de financiamentos	(13.281)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(59.242)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**513.285**	**1.647.881**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(183.397)**	**183.515**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	222.958	39.443
Saldo final	39.561	222.958
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(183.397)**	**183.515**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	45.597	(40.216)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 03, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza aproximadamente 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018. Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado, mais informações vide nota explicativa 19 – Eventos Subsequentes.

Em 2022, a Companhia obteve novas autorizações do nos para operação comercial parcial de suas linhas de transmissão, por meio da qual alcançou 49% da RAP mensal em 31 de dezembro de 2022. A entrada em operação comercial total foi realizada em 27 de fevereiro de 2023.

Adicionalmente, durante o ano de 2022, em função do andamento da implantação de Novo Estado, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto. Mais informações vide Nota 7 – Ativo de Contrato.

Em 2022 e 2021, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia").

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 03.04.2023.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente deste contrato – RAP (Receita Anual Permitida) – a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação da linha de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos no respectivo plano de negócios. A margem proposta, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado "Parcela Variável" sobre à RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

g) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 - Ativo imobilizado, CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 - Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do *Proceeds before Intended Use*, as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.

h) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC n° 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 21			
Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	19.479	1.691
Aplicações financeiras	20.082	221.267
	39.561	**222.958**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 21.677 em 31.12.2022 (R$ 994 em 31.12.2021) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 25 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

No ano de 2022, a Companhia constituiu valores relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Em 31.12.2022, o saldo era de R$ 61.309. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutação do ativo de contrato

Saldo em 31.12.2020	**1.593.863**
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	1.415.712
Perdas por ineficiência na construção	(288.660)
Juros	160.732
Variação monetária	195.917
Recebimentos RAP construção	(819)
Saldo em 31.12.2021	**3.076.745**
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	772.289
Perdas por ineficiência na construção	(187.896)
Juros	200.481
Variação monetária	194.510
Recebimentos RAP construção	(131.476)
Saldo em 31.12.2022	**3.924.653**
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	301.006
Ativo não circulante	3.623.647
	3.924.653

Em 2022, o Sistema de Transmissão Novo Estado teve sua entrada em operação comercial parcial autorizadas pela ONS, o que representou, aproximadamente, 49% de sua capacidade total. O sistema de transmissão foi completamente energizado em 27.02.2023. Mais informações vide Nota 19 – Eventos subsequentes.

b) Perda por ineficiência na implementação de infraestrutura de transmissão.

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado.

No exercício corrente, foi reconhecido o montante de R$ 187.896 referente à perda por ineficiência na construção da infraestrutura (R$ 288.660 em 2021). A perda reconhecida foi motivada, substancialmente, pelo aumento do CAPEX previsto para a implantação do Sistema de Transmissão, bem como da postergação da entrada em operação comercial de cada etapa do projeto.

c) Premissas adotadas

Premissas adotadas e outras informações relevantes	Novo Estado[1]
Margem de construção	2,24%
Margem de operação e manutenção	55,55%
Taxa de remuneração	7,79%
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal)	313.100
RAP anual – Construção (valor nominal)	270.416
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2022	3,3 bilhões
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2022	3.557.177
Estimativa para entrada total em operação comercial[2]	fevereiro de 2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2023
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	08.03.2018
Vigência do contrato de concessão	março de 2048
Leilão	002/2017
Lote adquirido	Lote 03
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	35,7%
Extensão da linha de transmissão	1.800 km

(1) Em 18.05.2021, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.996, a Aneel autorizou a implantação de reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.
(2) O sistema de transmissão foi completamente energizado em 27.02.2023. Mais informações vide Nota 19 – Eventos subsequentes.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	56.731	11.134
Fornecedores de materiais e serviços	1.752	3.134
	58.483	**14.268**

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2023 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

		Cenário	Sensibilidade		
	Variação	Provável			
Risco de variação do índice	2022	2023	Provável	Δ + 25%	Administração
IPCA	5,8%	5,3%	-0,5 p.p.	1,3 p.p.	-1,4 p.p.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2023. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2023, em comparação com o ano de 2022, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamentos				
IPCA	2.954.041	12.376	33.441	36.087

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Dívida	2.954.041	2.657.268
(-) Depósitos vinculados	(61.309)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(39.561)	(222.958)
Dívida líquida	**2.853.171**	**2.434.310**
Patrimônio líquido	**1.056.655**	**620.685**
Dívida líquida/Patrimônio líquido	**2,7**	**3,9**

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	58.483	-	-	-	58.483
Financiamento	227.407	440.799	427.941	3.115.113	4.211.260
	285.890	**440.799**	**427.941**	**3.115.113**	**4.269.743**

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	20.082	221.267
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	19.479	1.691
Contas a receber de clientes	21.677	994
Depósitos vinculados	61.309	-
	122.547	**223.952**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	58.483	14.268
Financiamentos	2.954.041	2.657.268
	3.012.524	**2.671.536**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	80.334	2.069.926	2.150.260	11.768	1.906.245	1.918.013
BASA	38.557	758.378	796.935	5.569	711.734	717.303
Encargos	6.846	-	6.846	21.952	-	21.952
	125.737	**2.828.304**	**2.954.041**	**39.289**	**2.617.979**	**2.657.268**

b) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2020	**776.067**
Ingressos	1.640.031
Juros	110.229
Variação monetária	167.023
Amortização de juros	(36.082)
Saldo em 31.12.2021	**2.657.268**
Ingressos	114.913
Juros	146.670
Variação monetária	123.647
Amortização de principal	(13.281)
Amortização de juros	(75.176)
Saldo em 31.12.2022	**2.954.041**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2024	118.454
2025	119.946
2026	121.507
2027	123.141
2028	124.851
2029 a 2033	652.847
2034 a 2038	709.325
2039 a 2043	780.292
2044	77.941
	2.828.304

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2022
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.154.968
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	799.073

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD ≥ 1,3

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	31.12.2022	31.12.2021
ISSQN[1]	3.151	4.194
ICMS[2]	176	8.416
PIS[3] e Cofins[4]	1.672	170
INSS[5]	2.829	3.194
Outros	148	99
	7.976	**16.073**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(28)	(98)
	7.948	**15.975**

(1) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(2) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
(3) Programa de Integração Nacional.
(4) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
(5) Instituto Nacional do Seguro Social.

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

	31.12.2022				31.12.2021
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IR**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Ativo:					
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	4.094.927	1.023.732	368.543	1.392.275	1.034.417
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	567.078	141.770	51.037	192.807	105.891
Outros	436	109	39	148	4.255
Passivo:					
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	4.055.741	1.013.935	365.017	1.378.952	973.896
Remuneração de ativo de contrato	514.138	128.535	46.272	174.807	157.190
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	-	-
Valor líquido		**23.141**	**8.330**	**31.471**	**13.477**

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos irá ocorrer a partir da entrada em operação comercial da infraestrutura de transmissão, a qual ocorreu em 27 de fevereiro de 2023.

A mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos, se deu como segue:

(Passivo) em 31.12.2020	**(45.463)**
Impostos diferidos no resultado	58.940
Ativo em 31.12.2021	**13.477**
Impostos diferidos no resultado	17.994
Ativo em 31.12.2022	**31.471**

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2022, é de R$ 1.137.997 (R$ 667.102 em 31.12.2021), representado por 1.137.996.762 ações ordinárias (667.101.762 em 31.12.2021), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à NEP.

O aumento de capital ocorrido no ano de 2022 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. Em 31.12.2022 e 2021, a Companhia possui um saldo de dividendos a pagar de R$ 20.489.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2022	2021
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	772.289	1.415.712
Remuneração de ativo de contrato	394.991	356.649
Operação e manutenção	11.907	74
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.179.187**	**1.772.435**

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2022			2021		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**(52.919)**	**(52.919)**	**(52.919)**	**(173.353)**	**(173.353)**	**(173.353)**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**13.231**	**4.763**	**17.994**	**43.338**	**15.602**	**58.940**
	13.231	**4.763**	**17.994**	**43.338**	**15.602**	**58.940**
Composição dos tributos no resultado						
Diferido	13.231	4.763	17.994	43.338	15.602	58.940
	13.231	**4.763**	**17.994**	**43.338**	**15.602**	**58.940**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2022, eram de R$ 89.934.

NOTA 17. SEGUROS

a) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para o Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes

Em 2022, devido ao encerramento do prazo de vigência de sua apólice exclusiva, a Companhia passou a integrar a apólice do programa de seguros corporativos, abrangendo danos materiais, no montante total de R$ 279.358. A vigência da apólice é 31.05.2023.

NOTA 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	PASSIVO	
	Fornecedores	Dividendos
31.12.2022		
NEP	-	20.489
ENGIE Brasil Energia	487	-
Total	**487**	**20.489**
31.12.2021	**1.793**	**20.489**

NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Conclusão da implantação da linha de transmissão

Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral do sistema de transmissão. A operação comercial iniciou em dezembro de 2021 e teve sua finalização dentro do prazo estabelecido pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022, da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Daian Neves
Diretor Presidente

Leandro Marcos Magri
Direto Técnico-Operacional

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Paulo Henrique Muller
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novo Estado Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 03 de abril de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos

os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Regulatórias dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92

NIRE Nº 42 3 0005082-2

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhores Acionistas,

A Administração da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. (Novo Estado ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

Sediada no município de Florianópolis (SC), Novo Estado é uma sociedade anônima cujo objeto social é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Pará e Tocantins, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 03/2018-Aneel Lote 03, as quais deverão entrar em operação no prazo limite de 09.03.2023. O prazo de concessão será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão (08.03.2018). A Receita Anual Permitida (RAP) contratada é de R$ 414,5 milhões (base agosto/2022).

Descritivo – Contrato de Concessão de Transmissão nº 03/2018- Lote 3 Aneel

Linhas de Transmissão	Comprimento aproximado (km)	Voltagem (kV)
Xingu – Serra Pelada (circuito 1)	443,0	500
Xingu – Serra Pelada (circuito 2)	443,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 1)	415,0	500
Serra Pelada – Miracema (circuito 2)	415,0	500
Serra Pelada - Itacaiúnas	115,0	500
Total	**1.831,0**	

Subestação	Voltagem	Transformadores	Área
Serra Pelada	500/√3 kV	9x60 MVA = 1.620 MVA	808.400 m²

A administração de Novo Estado é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços.

Controle Acionário

A Novo Estado é controlada pela Novo Estado Participações S.A., que é controlada indiretamente pela ENGIE. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, trading e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê que o crescimento mundial irá desacelerar de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 2,9% em 2022.

Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

Implantação e desempenho operacional

O projeto iniciou, parcialmente, a operação comercial em dezembro de 2021 – e ao final de 2022 já recebia 49% da RAP prevista. A conclusão das obras e a energização dos ativos restantes foram realizadas no dia 27.02.2023, data a partir da qual o ativo terá direito a receber 100% da RAP.

O ativo tem apresentado excelentes índices operacionais, com disponibilidade de 99,98% em 2022.

Recursos Humanos

A Companhia contava ao final de 2022 com 58 colaboradores, valor 19% inferior aos 72 de 2021. Os contratos de trabalho da Companhia são, em sua maioria, por prazo determinado, e se encerraram ao longo de 2022 e 2023, com o fim das obras de construção. A administração e operação do ativo passam a ser realizados pela controladora indireta, ENGIE. A Companhia reembolsa a controladora pelas despesas com o pessoal diretamente alocado nas atividades do ativo.

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2022	2021	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida-	143.384	893	142.491	159,6
Lucro da atividade	106.088	(1.959)	108.047	(55,2)
Margem da atividade	74,0%	(219,4)%	-	(1,3) p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	136.524	(1.959)	138.483	(70,7)
Depreciação e amortização	(30.436)	-	(30.436)	100,0
Resultado financeiro	(67.769)	(342)	(67.427)	197,2
Imposto de renda e contribuição social	(13.031)	12.313	(25.344)	(2,1)
Lucro líquido do exercício	25.288	10.012	15.276	1,5

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização.

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

As variações observadas no resultado da Companhia entre os anos 2022 e 2021 devem-se, essencialmente, ao avanço da entrada em operação comercial do Sistema de Transmissão Novo Estado, que em 2022 estava em 49% de sua capacidade total, enquanto em 2021 esse percentual era de 4%.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

Agradecimentos

A Administração da Novo Estado agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2022.

A Administração

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.561	222.958
Contas a receber de clientes	5	21.677	994
Crédito de imposto de renda e contribuição social		1.876	-
Outros ativos circulantes		17.935	15.836
		81.049	**239.788**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	61.309	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.363	15.388
Outros ativos não circulantes		205	31
		63.877	**15.419**
Imobilizado	7	**4.006.932**	**3.062.019**
Intangível		**38.997**	**43.532**
		4.109.806	**3.120.970**
TOTAL		**4.190.855**	**3.360.758**

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	58.483	14.268
Dividendos		20.489	20.489
Financiamentos	10	125.737	39.289
Obrigações fiscais e regulatórias	11	7.948	15.975
Outros passivos circulantes		2.821	1.868
		215.478	**91.889**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	10	2.828.304	2.617.979
		2.828.304	**2.617.979**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		1.137.997	667.102
Prejuízos acumulados		(52.572)	(42.935)
Proventos excedentes da contabilidade societária		61.648	26.723
		1.147.073	**650.890**
TOTAL		**4.190.855**	**3.360.758**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**159.574**	**994**
Receita de operações com transmissão de energia elétrica		159.574	994
Deduções da receita bruta			
Tributos		**(14.761)**	**(92)**
PIS		(2.633)	(16)
Cofins		(12.128)	(76)
Encargos – Parcela "A"		**(1.429)**	**(9)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.429)	(9)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**143.384**	**893**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"			
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(441)	-
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**142.943**	**893**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"			
Depreciação e amortização	7	(30.436)	-
Serviços de terceiros		(4.242)	-
Outros custos operacionais		(1.523)	-
		(36.201)	**-**
LUCRO BRUTO		**106.742**	**893**
Despesas operacionais			
Outras despesas gerais e administrativas		(654)	(2.852)
LUCRO (PREJUÍZO) DA ATIVIDADE		**106.088**	**(1.959)**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		(185)	-
Juros sobre financiamentos	10	(43.793)	-
Variação monetária sobre financiamentos	10	(20.392)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(3.399)	(342)
		(67.769)	**(342)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**38.319**	**(2.301)**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		(13.031)	12.313
LUCRO DO EXERCÍCIO		**25.288**	**10.012**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO DO EXERCÍCIO	**25.288**	**10.012**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**25.288**	**10.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2020		**659.252**	**6.056**	**61.940**	**(87.690)**	**(6.530)**	**633.028**
Aumento de capital		7.850	-	-	-	-	7.850
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	10.012	10.012
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	114.413	(114.413)	-
Absorção de prejuízo com reservas		-	(6.056)	(61.940)	-	67.996	-
Saldos em 31.12.2021	**12**	**667.102**	-	-	**26.723**	**(42.935)**	**650.890**
Aumento de capital		470.895	-	-	-	-	470.895
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.288	25.288
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	34.925	(34.925)	-
Saldos em 31.12.2022	**12**	**1.137.997**	**-**	**-**	**61.648**	**(52.572)**	**1.147.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REGULATÓRIOS (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	38.319	(2.301)
Conciliação do resultado com o caixa das operações:		
Juros sobre financiamentos	43.793	-
Depreciação e amortização	30.436	-
Variação monetária sobre financiamentos	20.392	-
Outros	(2.268)	-
Resultado antes dos tributos ajustado	**130.672**	**(2.301)**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(20.683)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(1.876)	-
Outros ativos	(2.135)	(15.850)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.382)	1.644
Outras obrigações fiscais e regulatórias	(8.027)	4.345
Outros passivos	953	1.288
Caixa gerado (utilizado) pelas operações	**97.522**	**(10.874)**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(75.176)	(36.082)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	**22.346**	**(46.956)**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(719.028)	(1.417.410)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(719.028)**	**(1.417.410)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	470.895	7.850
Captação de financiamentos	114.913	1.640.031
Pagamento de financiamentos	(13.281)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(59.242)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**513.285**	**1.647.881**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(183.397)**	**183.515**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	222.958	39.443
Saldo final	39.561	222.958
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(183.397)**	**183.515**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Juros e variação monetária capitalizados	206.189	277.252
Fornecedores de imobilizado	45.597	(40.216)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 29.411.968/0001-92 | NIRE Nº 42 3 0005082-2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Novo Estado Transmissora de Energia S.A. ("Novo Estado" ou "Companhia"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 03.01.2018, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a transmissão de energia elétrica, podendo participar, como sócia, quotista ou acionista, de outras sociedades no setor de energia e de consórcios de empresas.

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 03, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza aproximadamente 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R$ 313.100, a valores de 11.08.2017.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018. Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado, mais informações vide nota explicativa 17 – Eventos Subsequentes.

Em 2022, a Companhia obteve novas autorizações do ONS para operação comercial parcial de suas linhas de transmissão, por meio da qual alcançou 49% da RAP mensal em 31 de dezembro de 2022.

Adicionalmente, durante o ano de 2022, em função do andamento da implantação de Novo Estado, verificou-se a necessidade de incremento do valor de investimento inicialmente previsto, bem como a postergação da entrada em operação total do projeto.

Em 2022 e 2021, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis regulatórias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2023.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado. Adicionalmente, os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, e são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

a.3) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no de concessão.

a.4) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.5) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.6) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis societárias pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

c) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

d) Receita de operações com transmissão de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada a terceiros pelo uso da infraestrutura do sistema de transmissão e receitas não faturadas pela disponibilização do uso das linhas, redes e subestações do sistema de transmissão. Essa receita refere-se à prestação de serviços relativos à disponibilização instalações de rede básica, transformadores de fronteira e demais instalações de transmissão. A receita é reconhecida quando o ONS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar de cada agente de transmissão, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de transmissão entre o Poder Concedente e a Outorgada.

e) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

f) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	19.479	1.691
Aplicações financeiras	20.082	221.267
	39.561	**222.958**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R$ 21.677 em 31.12.2022 (R$ 994 em 31.12.2021) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 25 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

No ano de 2022, a Companhia constituiu valores relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Em 31.12.2022, o saldo era de R$ 61.309. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (BASA), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. IMOBILIZADO

Em 15.12.2017, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2017, promovido pela Aneel, localizado nos estados do Pará e Tocantins, que totaliza, aproximadamente, 1.800 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) desta concessão é de R$ 313.100, com deságio de 35,7% em relação à receita máxima determinada pela Aneel, de R$ 488.145. O CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2022, era de R$ 3,3 bilhões.

O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018. Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado, mais informações vide nota explicativa 17 – Eventos Subsequentes.

A composição do imobilizado está abaixo apresentada:

	Valor Bruto em 31.12.2021	Adições Líquidas	Transferência para AIS	Valor Bruto em 31.12.2022	Depreciação	Valor Líquido em 31.12.2022
Ativo imobilizado em curso (AIC)						
Transmissão						
Terrenos	13	-	(13)	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	116.669	9.381	(72.882)	53.168	-	53.168
Máquinas e equipamentos	2.201.681	795.905	(914.434)	2.083.152	-	2.083.152
A ratear	562.629	320.238	(442.239)	440.628	-	440.628
Adiantamento a fornecedores	181.027	(150.308)	-	30.719	-	30.719
	3.062.019	**975.216**	**(1.429.568)**	**2.607.667**	**-**	**2.607.667**
Ativo imobilizado em serviço (AIS)						
Transmissão						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	35.373	35.373	(1.138)	34.235
Máquinas e equipamentos	-	-	1.388.507	1.388.507	(28.957)	1.359.550
Terrenos	-	-	5.570	5.570	(204)	5.366
Outros	-	-	118	118	(4)	114
	-	**-**	**1.429.568**	**1.429.568**	**(30.303)**	**1.399.265**
TOTAL	**3.062.019**	**975.216**	**-**	**4.037.235**	**(30.303)**	**4.006.932**

	Valor Bruto em 31.12.2020	Adições Líquidas	Valor Bruto em 31.12.2021	Valor Líquido em 31.12.2021
Ativo imobilizado em curso (AIC)				
Transmissão				
Terrenos	13	-	13	13
Edificações, obras civis e benfeitorias	74.409	42.260	116.669	116.669
Máquinas e equipamentos	763.379	1.438.302	2.201.681	2.201.681
A ratear	202.675	359.954	562.629	562.629
Adiantamento a fornecedores	369.149	(188.122)	181.027	181.027
TOTAL	**1.409.625**	**1.652.394**	**3.062.019**	**3.062.019**

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	56.731	11.134
Fornecedores de materiais e serviços	1.752	3.134
	58.483	**14.268**

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados.

A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para os financiamentos.

b) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	58.483	-	-	-	58.483
Financiamento	227.407	440.799	427.941	3.115.113	4.211.260
	285.890	**440.799**	**427.941**	**3.115.113**	**4.269.743**

d) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	20.082	221.267
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	19.479	1.691
Contas a receber de clientes	21.677	994
Depósitos vinculados	61.309	-
	122.547	**223.952**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	58.483	14.268
Financiamentos	2.954.041	2.657.268
	3.012.524	**2.671.536**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	80.334	2.069.926	2.150.260	11.768	1.906.245	1.918.013
BASA	38.557	758.378	796.935	5.569	711.734	717.303
Encargos	6.846	-	6.846	21.952	-	21.952
	125.737	**2.828.304**	**2.954.041**	**39.289**	**2.617.979**	**2.657.268**

b) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2020	**776.067**
Ingressos	1.640.031
Juros capitalizados	110.229
Variação monetária capitalizada	167.023
Amortização de juros	(36.082)
Saldo em 31.12.2021	**2.657.268**
Ingressos	114.913
Juros	43.793
Juros capitalizados	102.877
Variação monetária	20.392
Variação monetária capitalizada	103.255
Amortização de principal	(13.281)
Amortização de juros	(75.176)
Saldo em 31.12.2022	**2.954.041**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2024	118.454
2025	119.946
2026	121.507
2027	123.141
2028	124.851
2029 a 2033	652.847
2034 a 2038	709.325
2039 a 2043	780.292
2044	77.941
	2.828.304

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo em 31.12.2022
BNDES	IPCA + 4,67% a.a.	05.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	2.154.968
BASA	IPCA + 1,4452% a.a.	08.2044	Mensais, a partir de novembro de 2022	799.073

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

Dívida	Covenants
BNDES e BASA	ICSD[1] ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

A apuração do ICSD deverá ser apresentada anualmente, a partir de 2023.

NOTA 11. OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGILATÓRIAS

	31.12.2022	31.12.2021
ISSQN[1]	3.151	4.194
INSS[2]	2.829	3.194
PIS[3] e Cofins[4]	1.672	170
ICMS[5]	176	8.416
Outros	148	99
	7.976	**16.073**
(-) Tributos federais e estaduais a compensar	(28)	(98)
	7.948	**15.975**

(1) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
(2) Instituto Nacional do Seguro Social.
(3) Programa de Integração Social.
(4) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
(5) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2022, é de R$ 1.137.997 (R$ 667.102 em 31.12.2021), representado por 1.137.996.762 ações ordinárias (667.101.762 em 31.12.2021), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Novo Estado Participações (NEP).

O aumento de capital ocorrido no ano de 2022 decorre de aportes feitos pela controladora para viabilizar a implementação do Sistema de Transmissão Novo Estado.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. Em 31.12.2022 e 2021, a Companhia possui um saldo de dividendos a pagar de R$ 20.489.

c) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 13. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de construção das subestações e linhas de transmissão cujos compromissos futuros, em 31.12.2022, eram de R$ 89.934.

NOTA 14. SEGUROS

a) Riscos de engenharia

A Companhia mantém contratado seguro de risco de engenharia para o Sistemas de Transmissão Novo Estado, cujo limite para danos materiais é de R$ 500.000.

b) Danos materiais e lucros cessantes

Em 2022, devido ao encerramento do prazo de vigência de sua apólice exclusiva, a Companhia passou a integrar a apólice do programa de seguros corporativos, abrangendo danos materiais, no montante total de R$ 279.358. A vigência da apólice é 31.05.2023.

NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	PASSIVO	
	Fornecedores	Dividendos
31.12.2022		
NEP	-	20.489
ENGIE Brasil Energia	487	-
Total	**487**	**20.489**
31.12.2021	**1.793**	**20.489**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	Receita
	Suprimento de energia
2022	
ENGIE	1.669
CEE[1]	179
Jaguara	217
Pampa	134
Outras	281
	2.480

(1) Companhia Energética Estreito

NOTA 16. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E Ssocietários

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

		31.12.2022			31.12.2021		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		39.561	-	39.561	222.958	-	222.958
Contas a receber de clientes		21.677	-	21.677	994	-	994
Crédito de imposto de renda e contribuição social		1.876	-	1.876	-	-	-
Ativo de contrato		-	301.006	301.006	-	170.154	170.154
Outros ativos circulantes		17.935	-	17.935	15.836	-	15.836
		81.049	**301.006**	**382.055**	**239.788**	**170.154**	**409.942**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Ativo de contrato	(i)	-	3.623.647	3.623.647	-	2.906.591	2.906.591
Depósitos vinculados		61.309	-	61.309	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.363	29.108	31.471	15.388	(1.911)	13.477
Outros ativos não circulantes		205	-	205	31	-	31
		63.877	**3.652.755**	**3.716.632**	**15.419**	**2.904.680**	**2.920.099**
Imobilizado	(i)	**4.006.932**	**(4.005.182)**	**1.750**	**3.062.019**	**(3.061.507)**	**512**
Intangível		**38.997**	**(38.997)**	**-**	**43.532**	**(43.532)**	**-**
		4.109.806	**(391.424)**	**3.718.382**	**3.120.970**	**(200.359)**	**2.920.611**
TOTAL		**4.190.855**	**(90.418)**	**4.100.437**	**3.360.758**	**(30.205)**	**3.330.553**

		31.12.2022			31.12.2021		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		58.483	-	58.483	14.268	-	14.268
Dividendos		20.489	-	20.489	20.489	-	20.489
Financiamentos		125.737	-	125.737	39.289	-	39.289
Obrigações fiscais e regulatórias		7.948	-	7.948	15.975	-	15.975
Outros passivos circulantes		2.821	-	2.821	1.868	-	1.868
		215.478	**-**	**215.478**	**91.889**	**-**	**91.889**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos		2.828.304	-	2.828.304	2.617.979	-	2.617.979
		2.828.304	**-**	**2.828.304**	**2.617.979**	**-**	**2.617.979**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		1.137.997	-	1.137.997	667.102	-	667.102
Prejuízos acumulados		(52.572)	(28.770)	(81.342)	(42.935)	(3.482)	(46.417)
Proventos excedentes da contabilidade societária		61.648	(61.648)	-	26.723	(26.723)	-
		1.147.073	**(90.418)**	**1.056.655**	**650.890**	**(30.205)**	**620.685**
TOTAL		**4.190.855**	**(90.418)**	**4.100.437**	**3.360.758**	**(30.205)**	**3.330.553**

Demonstração do resultado

	Nota	2022 Regulatório	2022 Ajustes	2022 Societário	2021 Regulatório	2021 Ajustes	2021 Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**159.574**	**1.022.402**	**1.181.976**	**994**	**1.771.459**	**1.772.453**
Receita de implementação de infraestrutura	(i)	-	772.289	772.289	-	1.415.712	1.415.712
Remuneração do ativo de contrato	(i)	-	394.990	394.990	-	356.649	356.649
Receita de operações com transmissão de energia elétrica	(i)	159.574	(144.877)	14.697	994	(902)	92
Deduções da receita bruta							
Tributos		**(14.761)**	**13.401**	**(1.360)**	**(92)**	**83**	**(9)**
PIS		(2.633)	2.390	(243)	(16)	14	(2)
Cofins		(12.128)	11.011	(1.117)	(76)	69	(7)
Encargos – Parcela "A"		**(1.429)**	**-**	**(1.429)**	**(9)**	**-**	**(9)**
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.429)	-	(1.429)	(9)	-	(9)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**143.384**	**1.035.803**	**1.179.187**	**893**	**1.771.542**	**1.772.435**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"							
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(441)	-	(441)	-	-	-
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**142.943**	**1.035.803**	**1.178.746**	**893**	**1.771.542**	**1.772.435**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Custo de implementação de infraestrutura	(i)	-	(952.589)	(952.589)	-	(1.663.493)	(1.663.493)
Serviços de terceiros		(4.242)	-	(4.242)	-	-	-
Depreciação e amortização	(i)	(30.436)	30.420	(16)	-	-	-
Outros custos operacionais	(i)	(1.523)	-	(1.523)	-	-	-
		(36.201)	**(922.169)**	**(958.370)**	**-**	**(1.663.493)**	**(1.663.493)**
LUCRO BRUTO		**106.742**	**113.634**	**220.376**	**893**	**108.049**	**108.942**
Despesas Operacionais							
Outras despesas gerais e administrativas		(654)	3.976	3.322	(2.852)	-	(2.852)
LUCRO (PREJUÍZO) DA ATIVIDADE		**106.088**	**117.610**	**223.698**	**(1.959)**	**108.049**	**106.090**
Resultado financeiro	(i)						
Renda de aplicações financeiras		(185)	4.555	4.370	-	8.028	8.028
Juros sobre financiamentos		(43.793)	(102.877)	(146.670)	-	(110.229)	(110.229)
Variação monetária sobre financiamentos		(20.392)	(103.255)	(123.647)	-	(167.023)	(167.023)
Outras despesas financeiras, líquidas		(3.399)	(7.271)	(10.670)	(342)	(9.877)	(10.219)
		(67.769)	**(208.848)**	**(276.617)**	**(342)**	**(279.101)**	**(279.443)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**38.319**	**(91.238)**	**(52.919)**	**(2.301)**	**(171.052)**	**(173.353)**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(ii)	(13.031)	31.025	17.994	12.313	46.627	58.940
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**25.288**	**(60.213)**	**(34.925)**	**10.012**	**(124.425)**	**(114.413)**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Ativo de contrato, imobilizado, receita e custo de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo de contrato

Na contabilidade societária, a parcela correspondente aos custos de construção, adicionadas de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos de gestão da construção, é reconhecida como ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. Os gastos decorrentes da construção da linha de transmissão são

reconhecidos diretamente no resultado no exercício, na rubrica de “Custo de implementação da infraestrutura”. Em contrapartida, para fins regulatórios estes gastos são reconhecidos no imobilizado e não há reconhecimento de receita de implementação de infraestrutura.

Na contabilidade societária, a parcela correspondente à RAP construção é reconhecida no ativo de contrato em contrapartida de uma receita de implementação de infraestrutura. No regulatório esse valor é reconhecido como receita de operações com transmissão de energia elétrica. Além disso, tanto na contabilidade regulatória quanto na societária a receita de operação e manutenção (O&M) é reconhecida em contrapartida ao resultado, não gerando diferença entre as contabilidades.

Adicionalmente, os juros apropriados referentes ao financiamento com o BNDES são capitalizados na contabilidade regulatória, em função da construção do sistema de transmissão iniciada em 2020. Com a construção parcialmente concluída em 2022, parte desses juros deixaram de ser capitalizados e passaram a compor o resultado regulatório.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos das diferenças acima apresentadas geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item (i).

NOTA 17. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Conclusão da implantação da linha de transmissão

Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia finalizou a implantação do Projeto Novo Estado a partir da energização das linhas de transmissão entre as subestações Xingu e Serra Pelada, última etapa necessária para o atingimento da operação integral do sistema de transmissão. A operação comercial iniciou em dezembro de 2021 e teve sua finalização dentro do prazo estabelecido pela Aneel.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2022, da Novo Estado Transmissora de Energia S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patrick Bandeira Alcantara
Direto Técnico-Operacional

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

NOVO ESTADO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

14297-V.1

FLORIANOPOLIS, 28 de Abril de 2023

-
Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica

Referência: Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Novo Estado Transmissora de Energia S.A.

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa n° 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica, CEP 88025-255, Florianópolis/SC

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

Romary dos Anjos Silva

Contadora - CRC SC-036047/O-2

.

. .

Anexos: .

C/C: Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica - Leila Conceição Novais Rocha

Assinado Eletronicamente por Romary dos Anjos Silva
CPF
Data 28/04/2023 09:30:07 -03:00

Assinado digitalmente por CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S A
CPF: 03179647809
Data 28/04/2023 09:30:08 -03:00

Assinado Eletronicamente por Paulo Roberto Keller de Negreiros
CPF 98183780049
Data 28/04/2023 15:22:08 -03:00

Assinado digitalmente por CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S A
CPF: 03179647809
Data 28/04/2023 15:22:08 -03:00

Assinado Eletronicamente por Jose Luiz Jansson Laydner
CPF 48176702900
Data 28/04/2023 17:28:49 -03:00

Assinado digitalmente por CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S A
CPF: 03179647809
Data 28/04/2023 17:28:49 -03:00

Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agronômica, CEP 88025-255, Florianópolis/SC